

MEMÓRIA E HISTÓRIA. DAS FONTES DOCUMENTAIS AOS TESTEMUNHOS ORAIS NO PROJETO DAS CASAS DA CRIANÇA (1938-1965)

António GOMES FERREIRA¹
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Universidade de Coimbra

Luís MOTA¹
Instituto Politécnico de Coimbra/Escola Superior de Educação

As Casas da Criança, como a construída em Castanheira de Pera (figura I), construídas pela Junta da Província da Beira Litoral ou sob o seu patrocínio, constituem uma herança e um significativo legado patrimonial que, antes de mais, ilustra o esforço e o empenho social, bem visível no número de construções de edifícios (figura II) e na qualidade e disposição dos equipamentos. Fernando Bissaya Barreto, presidente da Junta, mesmo quando se sentia instado a equacionar a hipótese de instalação de Casas da Criança em edifícios por cedência ou arrendamento, tinha presente uma conceção social e pedagógica, compaginando os critérios de construção – número de salas, dimensões, pé direito, mas também a orientação à exposição solar, por exemplo – com a organização dos espaços, nomeadamente articulando o número de divisões, suas dimensões e a função a que estavam destinadas². Estamos pois diante de um património que deve ser equacionado à luz de todo um conhecimento que o



Figura I

1 GRUPOEDE – Grupo de Políticas e Organizações Educativas e Dinâmicas Educacionais, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX/Universidade de Coimbra (GRUPOEDE – CEIS20/UC).

2 Cf. BARRETO, B.: «Inauguração da Casa da Criança de Penela». BARRETO, B.: *Uma Obra Social realizada em Coimbra*, volume I, Coimbra, 1970, pp. 236-244.



Figura II

suportou e fundamentou e interpretado em conjunto com a documentação passível de ser recolhida e resgatada, tanto mais que não se tem tido o cuidado de preservar nem de compreender o que realmente consistiu a obra realizada a favor da infância no centro litoral do país.

A recuperação, conservação e uso destes documentos não deve constituir-se como mera paixão de antiquário. A sua análise oferece a possibilidade de uma certa compreensão sobre a evolução e as dinâmicas educativas. Todo este património e toda a documentação que sobre ele se conseguir recolher, podem ser vistos como contribuindo para um repositório pedagógico mas também como elucidação de condições e possibilidades que bem podem iluminar a organização das atuais políticas e práticas

educativas. Por eles se pode ver quanto é ingénuo pensar que não há dinâmicas desconstruídas com os ritmos do Estado e quanto as iniciativas das pessoas podem fazer avançar significativamente um determinado campo.

Os materiais e os documentos não são a história e muito menos são a ação, mas são eles que podem ajudar a mediar o tempo e a segurar informação tão necessária à compreensão complexa da realidade educacional e da cultura escolar. Estes materiais relativos às Casas da Criança dão-nos a dimensão do que é passado e do que é presente, do que é memória e do que é herança. Interpelamos um conjunto documental referente a estas instituições conjugados com o testemunho oral de uma protagonista, narrativa construída na primeira pessoa sobre uma vivência quotidiana nas Casas da Criança, com o objetivo de compreender como refletem conceções pedagógicas e práticas educativas³.

Educação de infância: da retórica à inconsequência escolar

Será hoje consensual que o período da Primeira República se traduziu, no âmbito da educação, em geral, e da educação da infância, em particular,

3 Apesar dos esforços desenvolvidos, estes têm-se revelado praticamente infrutíferos na tentativa de localização de Enfermeiras Puericultoras Visitadoras de Infância (EPVI). Neste trabalho entrevistámos uma EPVI que realizou o curso da Escola Normal de Social, entre 1944 e 1947 e esteve à frente da Casa da Criança Rainha D. Leonor, em Castanheira de Pera, entre 1947 e 1950, cargo que abandonaria por motivos de doença.

num défice de concretização. A instabilidade política e a periclitante situação económica, uma herança educativa próxima de caótica e a ausência de uma estratégia por parte da elite política republicana, bem visível na tentativa de enfrentar toda a problemática da educação e do sistema educativo, do ensino infantil ao universitário, terão contribuído para a reduzida concretização de iniciativas e de resultados práticos. Algo que não oculta o entusiasmo e a abertura do debate educativo, nomeadamente, sobre a educação de infância, o que estimulou a reflexão pedagógica e iniciativas privadas, de que é exemplo a Associação João de Deus.

O período de 1926 a 1936, não altera, nem quanto à substância, nem quanto à forma, a abordagem de política educativa à educação infantil, não quer isto contudo dizer, que a progressiva clarificação política adentro da ditadura militar e o seu desfecho, não venham a alterar profundamente os dados do problema. O Estado Novo vai *transportar* a sua legitimidade política para o campo educativo, em nome da qual romperá com a abordagem republicana à educação. A constituição de 1933 encerra em si uma nova perspectiva sobre a educação da infância. Se os últimos anos da monarquia e o período da I República, que inclui a criação de cursos de formação específica para professores do ensino infantil e a criação de classes infantis para crianças de ambos os sexos, dos quatro aos sete anos, constituíram um período muito fértil na importância atribuída à infância, reconhecida que foi a função educativa do ensino infantil e a sua integração no sistema oficial de educação, a instauração do Estado Novo e, em particular, a mudança de rumo na política educativa que ocorre quando Carneiro Pacheco (1887-1957) assume a tutela ministerial da educação, vem inverter, por completo, essa perspectiva, implementando-se uma reorganização de todo o sistema educativo procurando alinhá-lo de acordo com a filosofia da educação inerente à Constituição plebiscitada em 1933⁴.

Entrincheirado ideologicamente numa idealização da maternidade e atribuindo à mulher o espaço privado doméstico⁵, a educação das crianças passa para a responsabilidade da família e, dentro desta, para a mulher. Em 1936 são aprovados os *Estatutos* da Obra das Mães pela Educação Nacional⁶, os quais tinham como principal orientação «promover e assegurar em todo o País a educação infantil pré-escolar, em complemento da ação da família»⁷, o que se traduzirá em declínio de frequência⁸. No ano imediato, o ensino oficial infantil é defi-

4 Cf. Gomes, J. F.: *A Educação infantil em Portugal*, Coimbra, Almedina, 1977, p. 95.

5 Cf. VASCONCELOS, T.: *Das Casas de Asilo ao Projeto de Cidadania. Políticas de Expansão da Educação de Infância em Portugal*, Porto, Edições Asa, 2004, p. 27.

6 Decreto-lei n.º 26 893, de 15 de Agosto de 1936.

7 Gomes, J. F.: ob. cit., pp. 91-92.

8 Cf. GRÁCIO, R.: *Obra Completa – Da Educação*, Volume I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. XXXIII.

nitivamente extinto⁹, sob o pretexto de que não era possível assegurá-lo a todos os meninos e meninas do país, competindo ao Estado «estimular a ação educativa da família e auxiliar as instituições particulares que promovam a assistência educativa pré-escolar»¹⁰, bem como a fiscalização da atividade, atribuindo-lhe funções de regulação. O objetivo era substituir o que se definiu como uma *ficção* do ensino oficial e que o orçamento geral do Estado, segundo o governo, não permitia tornar realidade, por estímulos à assistência educativa pré-escolar – *ficção*, na retórica política estado novista, na medida em que nem 1% das crianças, em idade de escolaridade infantil, fora abrangida por tal ensino.

A orientação dominante passou a ser assistencial e de resposta às questões sociofamiliares que afetam a vida das crianças, em detrimento da função educativa, assumindo um papel de vigilância das classes populares. O ensino da infância desvincula-se do Ministério da Educação e constituiu-se como campo aberto para a intervenção de outras entidades oficiais como o Ministério do Interior, através da ação do subsecretário de Estado da Assistência Social, o Ministério da Saúde e da Assistência e, no período final do Estado Novo, do Ministério dos Assuntos Sociais. Simultaneamente promoveu-se o ensino privado em detrimento do público. As bases reguladoras dos serviços de assistência social¹¹ ilustram a tendência da década, a centralização e a privatização dos serviços. Em 1945 são criados um conjunto de institutos, nomeadamente, o Instituto de Assistência a Menores, vocacionado para a criação de asilos-escolas e outras instituições orientadas para amparo e educação de jovens, e o Instituto de Assistência à Família, responsável pela criação de estabelecimentos e serviços de assistência infantil que se propõe cooperar com as «instituições particulares, criadas por iniciativa particular e alimentadas pelo generoso impulso de solidariedade social e cristã» e «exercer uma ação complementar em relação às necessidades que se mostrem incapazes de satisfazer»¹². As iniciativas estiveram votadas ao fracasso e a crise atingiu o setor da assistência, tanto mais que o Estado não fomentou qualquer estímulo financeiro para a emergência de maior investimento empresarial no setor¹³.

O poder da iniciativa de um homem, um órgão autárquico e a ação de uma mulher

Fernando Baeta Bissaya Barreto Rosa (1884-1974)¹⁴ nasceu na povoação

9 Decreto-lei n.º 28081, de 9 de Outubro de 1937.

10 GOMES, J. F.: ob. cit., p. 95.

11 Lei n.º 1998, de 15 de Maio de 1944.

12 Decreto n.º 35.108, de 7 de Novembro de 1945.

13 CARDONA, M. J.: *Para a História da Educação de Infância em Portugal – o discurso oficial (1834-1990)*, Porto, Porto Editora, 1997, p. 52.

14 Sobre Bissaya Barreto veja-se: SOUSA, J. P.: *Bissaya Barreto. Ordem e Progresso*, Coimbra, Minerva História, 1999.

de Castanheira de Pera, no seio de uma família burguesa, num contexto local de significativo e acelerado processo de industrialização com base nos lanifícios enquanto, no plano nacional, subia de tom a propaganda republicana. Matricula-se na Universidade de Coimbra, em 1903, assinalando-se, no seu percurso académico, a realização dos bacharelatos em Filosofia (1909) e em Medicina (1911), bem como a conclusão do 4º ano do Curso do Magistério Secundário, na Faculdade de Letras, em 1912, já após a sua nomeação para 2º Assistente Provisório da Faculdade de Medicina. A formação intelectual, de influência maçónica e positivista, orienta-o no sentido de uma adesão ao evolucionismo científico.

No âmbito da ação político-ideológica desenvolve, na sua juventude, um ciclo de militância republicana e jacobina, afirmando-se como ativista na greve académica de 1907, como membro da Assembleia Nacional Constituinte, cujo empenhamento fica ligado à consagração constitucional do direito à assistência pública, e na qualidade de deputado na legislatura de 1912 a 1915, momento que coincide com o encerrar de um capítulo de ação política e do seu percurso ideológico, marcado pelo autoafastamento da maçonaria, em 1913.

Alinhando com António José de Almeida, adere ao Partido Republicano Evolucionista (PRE) e, mais tarde, será membro da comissão executiva da União Liberal Republicana (ULR), de Cunha Leal, convicto de que o evolucionismo científico deveria ser transposto para a política e a organização social, dando expressão a uma visão orgânica da problemática social. Organicismo que, acompanhado de circunstâncias pessoais e geográfico-eleitorais, o leva a dar prioridade à ação política local, nomeadamente, ao nível da educação, da instrução e da assistência pública. Já o programa político do partido de António José de Almeida se destacava pela preocupação no tratamento dos «problemas da instrução e educação nacional» e da

«Assistência pública», onde se indicava toda uma série de institutos a criar para as crianças – lactários, creches, dispensários, cantinas, asilos, internatos, colónias agrícolas, sanatórios, escolas de anormais, etc. –, as mulheres – asilos, maternidades, organização de subsídios e assistência médica às grávidas e às viúvas, etc. – e os inválidos – albergues, hospitais, asilos, casas de trabalho, colónias agrícolas, cooperativas e assim por diante¹⁵.

Em 1919 a Junta Geral do Distrito de Coimbra é conquistada pelo PRE e Byssaia Barreto é vice-presidente da mesa. Três anos mais tarde, em 1922, numa lista de coligação entre liberais e católicos, é eleito presidente do senado municipal de Coimbra. O 28 de Maio encontra-o na comissão executiva da

15 MARQUES, A. H. O.: *História da Primeira República Portuguesa. As estruturas de base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978, p. 551.

ULR e assume responsabilidades políticas no quadro da Ditadura Militar, em 1927, na qualidade de presidente da comissão administrativa da Junta Geral do Distrito de Coimbra – a partir de 1936, Junta da Província da Beira Litoral, e depois, Junta Distrital de Coimbra (1961-1965) –, onde vai corporizar, em conjunto com os elementos que o acompanham na direção da Junta, as preocupações do setor republicano conservador e evolucionista, orientação que vai garantir, enquanto se mantiver seu presidente, de 1927 a 1974.

Naquele organismo autárquico da administração pública, à época, Bissaya Barreto parece ter encontrado o contexto e as condições para dar corpo aos seus projetos no âmbito da saúde e assistência pública marcados pelas preocupações de higiene social. Aparentemente foi entre 1928 e 1931 que se estruturou o núcleo da obra assistencial da Junta, nomeadamente, a Obra Antituberculosa e a Obra de Proteção à Grávida e Defesa da Criança (OPGDC) (1930), onde adquiriu visibilidade uma conceção da responsabilidade do organismo social para com a saúde de cada um dos seus membros, competindo-lhe o despiste, a prevenção, a profilaxia e proteção face a doenças, nomeadamente, contagiosas e os *flagelos sociais* – tuberculose, mortalidade infantil e sífilis. A tarefa implicava, na sua génese, um trabalho de instrução e educação higiénica, a começar pelas crianças a quem se podia criar hábitos *estruturais e inconscientes* que respeitassem os princípios da *boa higiene*. Uma atividade que deveria ser cometida às mulheres, funções que estas afinal já desenvolviam no quadro das organizações médico-sociais, educar crianças e criar, sustentar e amparar obras sociais¹⁶.

A OPGDC, por força das necessidades sociais, veio a adotar um programa de assistência infantil que previa um dispensário para atendimento de grávidas e crianças, o «Ninho dos Pequenitos» para crianças até três anos, para crianças dos três aos doze anos, o Preventório, uma escola profissional, colónia de férias e previa a manutenção do hospício para continuar a receber as crianças abandonadas¹⁷. O poder de iniciativa de Bissaya Barreto trouxe para Portugal um grupo de francesas da Congregação Franciscanas Missionárias de Maria, portadoras de formação e qualificação no âmbito da assistência social, para assumir a direção da Obra de Proteção à Grávida e Defesa da Criança. Da sua ação, com particular destaque para Constance Davon que veio a assumir responsabilidades de direção, resultou a criação, em 1937, da Escola Normal Social (ENS)¹⁸, que pretendia responder às ca-

16 BARRETO, F. Bissaya: «Medicina Social – necessidade e urgência da sua organização em Portugal», *I Congresso da União Nacional*, 1935.

17 RAPOSO, L.: *Obra de Proteção à Grávida e Defesa da Criança. Suas origens e seus fins*, Coimbra, Tipografia da Gráfica de Coimbra, 1931.

18 Sobre a Escola Normal Social e a sua oferta educativa, bem como sobre a ação, e influências de que eram portadoras, do grupo de francesas da Congregação Franciscanas Missionárias de Maria, veja-se: MARTINS, A. M. C.; *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999.

rências de pessoal especializado, visando a *fabricação* de profissionais do serviço social. No âmbito da sua ação de diretora da OPGDC reorganiza os serviços existentes, passando o «Ninho dos Pequenitos» a oferecer serviços para crianças dos zero aos três anos, internato para crianças dos três aos sete anos e um semi-internato para crianças «normais» e «anormais». No dispensário realizavam-se consultas de puericultura e de pediatria para grávidas, recém-nascidos e crianças dos três aos dez anos. Simultaneamente previa-se a criação de uma consulta médico-pedagógica e a abertura de maternidade.

Na liderança da Escola Normal Social, Constance Davon, bateu-se pela oficialização dos cursos, o que ocorreria dois anos após a sua criação, implicando de resto, o ajustamento do plano de estudos e programas seguidos até então¹⁹. Não cabe aqui a análise da Escola Normal Social mas apenas salientar dimensões que contribuam para a inteligibilidade da ação da Junta Província da Beira Litoral (JPBL) e do seu presidente, Fernando Bissaya Barreto, no programa de criação e funcionamento das casas da criança. Desde logo, sublinhemos o facto de a ENS deter exclusividade de formação, entre 1937 e 1956, de enfermeiras puericultoras visitadoras de infância (EPVI), com o objetivo de formar quadros para a OPGDC, da JPBL, conferindo uma

[...] formação polivalente de enfermeiras, puericultoras, educadoras jardineiras de crianças e monitoras e Assistentes Familiares, com a duração de dois anos letivos seguidos de um semestre onde terá lugar o estágio complementar²⁰.

O plano de estudos contemplava um conjunto de disciplinas e saberes do domínio das ciências sociais, da vertente jurídico-constitucional do Estado Corporativo e da doutrina social da Igreja. Do âmbito das Ciências da Educação, os conhecimentos de Pedagogia, Psicologia, Psiquiatria e da Psicopedagogia integraram sempre a formação das EPVI. Enfatizemos essa preocupação com a preparação nos domínios do cuidar e educar da criança. A título de exemplo, a docência de Constance Davon, no âmbito de *Higiene Mental*, contempla a análise de questões como a higiene e a profilaxia

19 Decreto-Lei n.º 30135, de 14 de dezembro de 1939. Este decreto oficializa, ainda, o Instituto de Serviço Social de Lisboa, criado em 1935, pela organização de leigos «Associação de Serviço Social», e dirigido pela Condessa de Rilvas.

20 Carta e Exposição sobre o Curso de EPVI da diretora da ENS ao Inspetor Superior do Ensino Particular do Ministério da Educação Nacional de 23 de maio de 1957. Citada por MARTINS, A. M. C.: *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999, p. 262. Em 1945 a ENS conferia os diplomas de assistente social, puericultora, educadora familiar, jardineira de crianças, assistente escolar e auxiliar médico-social. Cf. *Réponse à un Questionnaire demandé par le Ministère de la Population à Paris*, Coimbra, 29 de Décembre 1945. Citado por MARTINS, A. M. C.: ob. cit., p. 263.

mental na escola e na organização do trabalho²¹ e, na *Reeducação dos Deficientes Psíquicos*, aborda a «criança anormal e deficiente», a classificação dos deficientes, a reeducação psicopedagógica, os métodos ativos (Pestalozzi, Froebel, Seguin, Montessori, Decroly) e o método de testes²². Já Émile Planchard, que lecionou *Psicopedagogia*, entre 1940 a 1948, cujas aulas plasmou em livro, aborda temas relativos à criança, nomeadamente, a criança e os seus períodos de evolução, métodos e técnicas para as conhecer, os seus interesses e questões da sua individualidade, a aprendizagem nas crianças, a vida afetiva das crianças, as linguagens na criança, a inteligência infantil e a sua medição, o jogo, entre outros. O professor belga da Universidade de Coimbra teve o cuidado de acompanhar as suas lições com demonstrações concretas no «Ninho dos Pequenitos» e no jardim-escola²³. Dimensões formativas, aqui convocadas, que ilustram a importância do conhecimento da criança para dela cuidar e para contribuir ativamente para a sua educação, bem como denunciam uma certa orientação dada a essa formação. O curso era de cariz profissionalizante, pelo que, para locais de estágio, aproveitavam-se as obras anexas à ENS, entretanto criadas, e que, para além disso, prestavam serviços concretos à população de Coimbra, como sejam o Centro Social Familiar, a Creche de São José, o Lactário de Santo António e Obra dos Pequenos Sacos, a Escola de Ensino Doméstico e Profissional e Casa de Trabalho, colónias de férias, biblioteca e conferências. O primeiro emprego para as novéis diplomadas surge, naturalmente, na própria instituição de formação, como assistentes monitoras e assistentes sociais nas diferentes valências do Centro Social Familiar, ou como assistentes sociais ou diretoras das obras da JPBL, na Casa da Criança de Castanheira de Pera, Bairro Social do Loreto, Freguesia de Santa Clara ou Parque Infantil Oliveira Salazar, em Coimbra²⁴.

Ora, como constatamos, Bissaya Barreto agiu particularmente sobre os domínios da saúde e da educação. Promoveu uma medicina preventiva ou profilática educativa que alterasse os costumes e hábitos das populações e o combate à doença propriamente dita (Dispensário anti-tuberculose, dispensário de profilaxia das doenças venéreas, leprosaria, hospital psiquiátrico, sanatório). No âmbito da educação deu especial atenção à situação de aban-

21 Cf. Sumário do *Programa* da Disciplina Higiene Mental, 1942-1943. Citado por MARTINS, A. M. C.: ob. cit., p. 298.

22 Cf. Sumário do *Programa* da Disciplina Reeducação dos Deficientes Psíquicos, 1942-1943. Citado por MARTINS, A. M. C., ob. cit., p. 298.

23 PLANCHARD, É.: *Introdução à Psicologia das Crianças*, Coimbra, Arménio Amado, 1960 [1942]. Embora não tenhamos consultado a 1ª edição e, em 1960, já Émile Planchard não lecionava na ENS, o autor explica no prefácio desta 3ª edição: «Limitamo-nos, na terceira edição deste livro, a ligeiros retoques e à atualização da bibliografia. A psicologia da criança, não tem feito, nos últimos anos, progressos espetaculares e, por conseguinte, não se justificavam novos capítulos nem revisão profunda dos existentes».

24 Cf. MARTINS, A. M. C.: ob. cit., pp.287-288, 308-312, 321-322.

dono a que as crianças estavam sujeitas em Portugal (Instituto Materno-Infantil, Escola Normal Social, Casas da Criança, parques infantis).

As Casas da Criança: documentos para a sua compreensão

Em 1949, Bissaya Barreto proclamava a necessidade de tornar realidade os direitos da criança que considerava *sagrados* – dos quais salientava as condições necessárias ao seu desenvolvimento integral, o ser alimentada, assistida na doença, amparada, tutelada em caso de orfandade e protegida contra a exploração, a primeira a ser socorrida numa catástrofe e o direito à educação – e pretendia que cada Casa da Criança constituísse «um templo erigido ao culto da criança», particularmente a «pobre e desprotegida», sob o lema *Façamos felizes as crianças da nossa terra*²⁵. Preocupações com as crianças que traduziam «a ternura que merecem» mas também por constituírem «o capital-base da Nação», num tom que, nas vésperas da década de cinquenta, parece pré-anunciar os discursos em torno do capital humano, pelo viés patriótico-nacionalista, como deixam antever as palavras de Bissaya Barreto na inauguração da Casa da Criança, no Luso, em setembro desse ano:

A Nação de amanhã será o que os seus homens forem e esses homens serão conforme os cuidados e dedicação que dermos às crianças de hoje. Quere dizer, a proteção que devemos dar assenta por um lado sobre um fator sentimental, que, de resto, existe em todos os seres, por outro lado assenta sobre um dever de patriotismo, que os tempos de hoje aconselham a cultivar e a exaltar²⁶.

A importância que dava à criança era acompanhada por convicções pedagógicas firmemente alicerçadas nas ideias da Escola Nova. As Casas da Criança testemunham bem o rigor que queria colocar na educação das crianças. O mapa das obras associadas à Junta da Província da Beira Litoral demonstra que se estava perante um esforço de grande alcance, com preocupações de ação sistemática. As plantas e as fotos das Casas da Criança esclarecem-nos bastante sobre o cuidado que se punha na proteção e na educação da infância. A planta topográfica remete-nos para o espaço em que se inserem os edifícios, dispostos de forma cuidada, podemos observar dois edifícios que deviam ser complementares, a casa da criança, a vermelho, e o parque infantil, representado a azul (Figura III). O parque infantil possuía as valências de creche, permanência diurna de crianças da primeira infância, habitualmente a partir dos três meses, e de jardim-de-infância, acolhendo crianças da 2ª infância «entre os 2,5 e os 7 anos». A casa da criança permitia acolher, em regime de internato, crianças que temporariamente não pudessem ser

25 BARRETO, B.: *Uma Obra Social realizada em Coimbra*, volume I, Coimbra, 1970.

26 BARRETO, B.: «Inauguração da Casa da Criança do Luso», BARRETO, B.; *Uma Obra Social realizada em Coimbra*, volume I, Coimbra, 1970, p. 160.

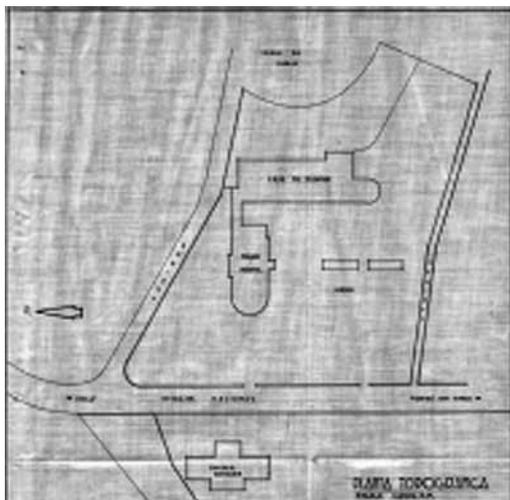


Figura III

mantidas em ambiente familiar. Dotada de uma estrutura bastante completa possuía berçário, dormitório para as crianças da 2ª infância, lavabos, recreio, sala de aula, sala de mesa ou refeitório, etc.. No caso da Casa da Criança Rainha D. Leonor, como sublinhou a nossa entrevistada, no período de 1947 a 1950, não existiu nenhuma criança internada.

No regime de externato, ou semi-internato se atendermos ao período que as crianças ali passavam, cabia à puericultora receber as crianças, deixadas pelos pais às oito horas da manhã antes de se dirigirem para os locais

de trabalho, observá-las, verificar casos de doença, realizar-lhes a higiene – lavá-las, dar-lhes banho, caso fosse necessário –, vesti-las com roupa da casa e encaminhá-las para a sala de aula ou para a creche, de acordo com a sua idade. A nossa entrevistada, de resto, sublinhou bem este ritual quotidiano, narrando episódios de tratamentos que realizou a crianças com ferimentos por falta de higiene (feridas no couro cabeludo devido a piolhos) ou doenças de subnutrição. A falta de hábitos de higiene em casa determinou que, muitas vezes, existisse necessidade de dar banho, ou lavar, as crianças à chegada. No período de 1947-1950, a que se reporta a nossa entrevista, as roupas vestidas às crianças eram sobretudo doadas à Casa da Criança e, habitualmente, vestiam bibe, cor-de-rosa, o das meninas e azul, o dos rapazes. Em Castanheira de Pera era comum os meninos e as meninas chegarem à Casa descalços, o que implicava a lavagem dos pés e depois calçassem uns chinelos, tipo sapatos, que haviam sido encomendados às fábricas de tecidos. No final do dia, regressavam descalços a casa, determinando que no dia seguinte teriam novamente que ser os pés lavados.

Dar-se-ia, a partir desse momento, início ao programa de formação e educação definido no âmbito das Casas da Criança no sentido do desenvolvimento integral da criança²⁷. Na verdade, pelo testemunho que nos deixou a Enfermeira Puericultora Visitadora de Infância, depois

²⁷ BARRETO, B.: «Inauguração da Casa da Criança de Pombal», BARRETO, B., *Uma Obra Social realizada em Coimbra*, volume I, Coimbra, 1970, pp. 169-176.

de preparar os mais velhos, havia que acompanhar a auxiliar, que não possuía qualquer formação, no tratamento das crianças que estavam na creche, restando, diariamente, pouco tempo para a sua ação educativa. Era, sobretudo no período a seguir ao almoço, enquanto as crianças da creche ainda dormiam, que desenvolvia atividades educativas no jardim-de-infância.

A educação pretendia-se integral, cultivava-se o corpo, a inteligência, a moral e o caráter, a começar pelas práticas de higiene e alimentação, nomeadamente ao nível do respeito de horas e de componentes da alimentação. Daí que não se estranhe que após a higiene pessoal a puericultora tivesse, como preocupação imediata, o cuidado de fornecer a primeira refeição às crianças, como nos foi testemunhado pessoalmente. Aquando da inauguração de mais uma Casa da Criança, em 1954, Fernando Bissaya Barreto, considerando que o desenvolvimento físico se encontrava dependente da alimentação, explicita as três refeições do dia que compunham o dia-a-dia das crianças, na Casa da Criança:

E porque a alimentação depende do desenvolvimento físico da criança, que desejamos sempre perfeito e harmónico, a Casa da Criança dá às crianças às 8 horas, logo após a entrada, uma refeição de café com leite e pão. A seguir, ao meio dia, uma nova refeição com sopa e um prato forte de carne ou de peixe abundantemente acompanhado e, finalmente, pouco antes de saírem, tomam um lanche à base de frutas e açúcares²⁸.

O espaço foi concebido para nele se organizar um jardim geométrico que sugerisse ordem, cuidado. Entre o parque infantil e os jardins havia campos de jogos (Figura IV). O espaço ajardinado tinha objetivos educativos. Desde logo, como salientava Bissaya Barreto, o ambiente atraente, o convívio e a familiaridade com o belo no dia-a-dia, contribuía para o desenvolvimento do bom gosto. Na primeira infância, o automatismo permitiria alcançar o subconsciente, justificando-se, por isso, o esforço material para criar e proporcionar às crianças tal ambiente nas Casas da Criança:

Quem cuida dos problemas de pedagogia e psicologia infantil sabe a influência que tem, no desenvolvimento perfeito da criança, o ambiente atraente à custa de coisas materiais, que prepara a alma a receber as espirituais.

Desta forma, uma espécie de instinto, antes mesmo do raciocínio, lhe permitirá sentir-se atraída pelo bem e detestar o mal. O amor à beleza assim criado, faz parte integrante do seu modo de ser, com ele se familiarizará pela educação. Esse amor à beleza, à cultura do temperamento, o desenvolvimento do gosto, a criação do espírito de crítica, são objetivos que a educação tem

28 BARRETO, B.: «Inauguração da Casa da Criança de Pombal», BARRETO, B., *Uma Obra Social realizada em Coimbra*, volume I, Coimbra, 1970, pp. 173-174.



Figura IV

de conseguir²⁹.

A beleza dos jardins, pelo recorte ornamental e pela disposição, bem como pela panóplia de espécies disponíveis aos diferentes sentidos, ainda hoje, numa simples visita à Casa da Criança Rainha D. Leonor, apesar da degradação e abandono, se pode comprovar. A nossa entrevistada descreveu-nos, inclusivamente, que os jardins eram uma fonte de receita da Casa, em Castanheira de Pera. Na verdade, durante o período em que geriu a Casa, existiram passeios familiares e excursões para visitar os jardins, visita essa que era paga.

A pedagogia nas Casas da Criança deveria constituir «um grito contra a pedagogia tradicionalista, pedagogia livresca, pedagogia da memória, que vive do livro e pelo livro», para tanto, em termos de orientação, mobilizavam-se os conceitos da Psicologia e da Sociologia e o pensamento de autores como Claparède, Tainé, Le Bon e Ferrière³⁰, entre outros. Como contraponto à pedagogia dita tradicional promovia-se, sempre que fosse possível, atividades ao «ar livre, ao sol, em plena natureza» daí a importância atribuída a este espaço enquadrador, jardins e campos de jogos bem delimitados e adequados às brincadeiras de crianças do jardim-de-infância. A articulação das plantas e das fotos tende a esclarecer melhor o uso dos espaços. A foto, à direita, mostra-nos a conjugação da importância da vida ao ar livre e do tempo e espaço dado à criança para brincar e jogar, afinal, as crianças aprendem brincando. A atividade lúdica, considerada «necessidade imperiosa da criança», era tida como um valioso instrumento de formação para a criança. Da brincadeira e dos brinquedos, dos jogos e da imitação retiraria a criança importantes aprendizagens e significativa experiência, pelo que se lhes reconhecia um valor educativo. Esta perspetiva faz-se num contexto de apelo ao pensamento e às propostas de Froebel³¹. Nem sempre, dependendo da época e da região, terá sido possí-

29 BARRETO, B.: «Inauguração da Casa da Criança “D. Joaquina Barreto Rosa” de Arganil», BARRETO, B.: *Uma Obra Social realizada em Coimbra*, volume I, Coimbra, 1970, pp. 181-182.

30 BARRETO, B.: «Inauguração da Casa da Criança da Mealhada», BARRETO, B.: *Uma Obra Social realizada em Coimbra*, volume I, Coimbra, 1970, pp. 253-254.

31 BARRETO, B.: «Inauguração da Casa da Criança de Pombal», BARRETO, B.: *Uma Obra Social realizada em Coimbra*, volume I, Coimbra, 1970, pp. 169-176.

vel uma ação tão estruturada e claramente focada nestes objetivos. No final da década de quarenta, apenas às vezes, lá se superava a falta de braços para as tarefas necessárias – recordemos que se tratava apenas de uma puericultora e de uma auxiliar para tratar da creche e do jardim-de-infância, tendo chegado, no total, a ser cinquenta crianças – a nossa entrevistada, lá encontrava tempo e espaço para ensinar alguns jogos às crianças. Apesar de tudo, como também destacou, foi realizando sempre a ginástica diária com as crianças.



Figura V

Mas, como se comprova na foto (Figura V), o convívio com as outras crianças constituía outra dimensão educativa fundamental. O entendimento ia no sentido de se considerar que as crianças se construía e cresciam umas com as outras, única forma de se virem a assumir como adultos responsáveis e preparados para a vida social, desenvolvendo um autodomínio e uma autodisciplina dispensando condicionantes externos, simultaneamente com um espírito de solidariedade. Como sublinhava o presidente da Junta Distrital de Coimbra, em 1963:

O convívio com outras crianças, suas companheiras, ensina-lhes o sentido da responsabilidade e prepara-as para a vida social, sob uma liberdade vigiada e condicionada; essa convivência desenvolve nelas o domínio de si, duma maneira mais eficiente e menos deformante do que a imposição duma disciplina, dura e rígida...; dá-lhes a conhecer o dever do auxílio mútuo, o dever da solidariedade para com os outros e prepara-as para, no futuro, serem homens práticos, armados para o combate na vida, de modo a triunfarem e cumprirem os seus deveres de homens e cidadãos³².

Como pudemos observar, concedia-se uma importância primordial à cultura física da criança e à vivência na natureza, reconhecendo-lhe, de algum modo, virtudes purificadoras. Algumas das imagens seguintes, reportam-se à Casa da Criança Rainha D. Leonor (Castanheira de Pera), procuram ilustrar e aprofundar essa orientação pedagógica (à esquerda, o jardim enquadrador do parque infantil e da casa da criança; em baixo, à direita, o jardim lateral e traseiro à casa da criança no seu estado atual), nomeadamente servindo-

32 BARRETO, B.: «Inauguração da Casa da Criança de Soure», BARRETO, B.: *Uma Obra Social realizada em Coimbra*, volume I, Coimbra, 1970, p. 247.



Figura VII

-nos aqui para salientar a variedade de espécies vegetais presentes. Simultaneamente, na figura VI, são visíveis as crianças em momento de recreação e junto ao gradeamento de pedra percebe-se a existência de um lago, onde ainda se descobre um cisne, constituindo habitat natural de animais domésticos.

Considerava-se importante estimular «a imaginação, a curiosidade, o espírito de observação e de investigação»

bem como a importância de «compreender e trabalhar», daí o apelo às lições de coisas, consideradas a «base do desenvolvimento da criança». Como bem sabemos através das chamadas *lições de coisas* pugnava-se por um ensino prático e concreto, de acordo com o que se considerava serem as características da psicologia infantil. Procurava-se implementar um processo intuitivo, privilegiando os sentidos, despertando a atenção e a curiosidade, como forma da criança tomar consciência dos fenómenos que a rodeavam. Para além das espécies vegetais, criavam-se animais (na figura VIII vê-se uma capoeira) para que as crianças os pudessem observar. Depois, com o apoio da puericultora, a criança deveria ver e tocar os animais, como se pode observar nestoutra foto (figura IX, em baixo), datada da década de quarenta, no jardim-de-infância do Ninho dos Pequenitos – antigo Parque Infantil Doutor Oliveira Salazar, à Praça da República, em Coimbra (local onde hoje se encontra a Associação Académica da Universidade de Coimbra).



Figura VI



Figura VIII

Guiada pela puericultora, diante do animal que servia de tema – no caso vertente, um pato –, a criança via e tocava, analisava características e podia estabelecer relações. Prosseguindo na linha das propostas pedagógicas sustentadas pelo positivismo evolucionista de Herbert Spencer, a criança caminhava do concreto para o abstrato, do simples para o complexo, do empírico para o racional e do indefinido para o definido. Era, para isso, fundamental tomar como ponto de partida o meio natural que as Casas da Criança proporcionavam às crianças e eram aqui mobilizados como suporte educativo fundamental. De resto, o patrono desta iniciativa tinha da educação esta perspectiva enquadradora e projetava-a, nestes termos, no quotidiano, em Portugal, no primeiro lustro da década de cinquenta:

A sua atividade vai desenvolver-se, tanto quanto possível, ao ar livre, ao sol, em plena natureza; será uma atividade quase inteiramente corporal, manual, prática, que levará à criação de uma consciência espontânea que, por sua vez, levará à consciência refletida. A reflexão tem que assentar no mundo das coisas: as plantações nas hortas, a sementeira, a colheita dos cereais, a criação de animais domésticos que possuímos, põem a criança em contacto com a realidade da vida; a criança acompanhará desta forma o esforço do trabalhador rural e reconhecerá como são indispensáveis a ligação e colaboração entre os homens para a vida em comum. É nestas idades, Meus Senhores, que um certo número de qualidades como a filantropia, a solidariedade e tantas outras se devem estereotipar no subconsciente da criança para florescerem, mais tarde, através da vida e na vida com o seu semelhante³³.

Para concluir esta curta análise vale a pena olhar de relance o interior de uma sala de sala de aula. A foto permite ver o tipo de mobiliário e de disposição pedagógica. Possibilita uma leitura de como se pretendia a articulação do jardim-de-infância com o exterior. A sala estava equipada com uma mesa para cada duas crianças e cada uma destas, possuía a sua cadeira individual, o que permitia trabalho individual, bem como trabalho em conjunto. Uma grande mesa redonda central, pouco mas ainda assim visível no canto esquerdo da imagem, permitia que as crianças se agrupassem em seu redor. Ao fundo, assente num tripé, um quadro preto (ardósia), junto à entrada de luz. Este mobiliário surge dimensionado ao tamanho das crianças. A entrada de luz era feita do lado esquerdo pois «de frente ofusca e cansa os olhos; à direita ou atrás projeta sombras». Ao fundo, do lado direito, uma secretária e uma cadeira para a puericultora.

Na Casa da Criança as crianças dispõem de grande liberdade, considerada essencial ao seu desenvolvimento. Todo o momento e a ação são considerados educativos e espera-se que a criança escolha as tarefas que mais lhe

33 BARRETO, B.: «Inauguração da Casa da Criança de Pombal», BARRETO, B.: *Uma Obra Social realizada em Coimbra*, volume I, Coimbra, 1970, p. 173.

agradam e as cumpra, que leve até ao fim aquilo a que se propôs. A criança pode «ir e vir, fazer perguntas, escolher e mudar de lugar». Nesse sentido, mesas, secretárias e armários baixos, compartimentos, cabides e lavatórios tudo está ao seu alcance, sendo, por isso, «responsável pela ordem de todas as coisas, cada objeto tendo um lugar determinado»³⁴.

À guisa de conclusão

Este curto trajeto através de documentos sobre a Casa da Criança, permite, desde já, fazer uma ideia do cuidado colocado nesta iniciativa de Bissaya Barreto e de como ela nos remete para um tempo bem diferente do atual mas igualmente para referências que podem e devem ser equacionadas hoje nas reflexões educativas. O testemunho oral que obtivemos obriga-nos a questionar e a interpelar as provas documentais, sublinhando a distância, como tantas vezes acontece, entre a construção teórica e a prática.

Por outro lado, importa valorizar estes documentos, de modo a que a qualquer momento eles possam elucidar caminhos percorridos, tanto do ponto de vista material como cultural e pedagógico. Como já dissemos, os materiais e os documentos não são a história. Mas sem eles a mediação histórica sai mais defeituosa.

No caso concreto, eles indicam com bastante precisão a distância das dinâmicas relativas à educação da infância da primeira metade do século XX para os anos da transição para o século seguinte. Mas este material, quando devidamente apreciado presta-se bem a colocar-nos entre o passado e o presente e a distinguir o que é memória do que é herança. As *Casas da Criança* revelam certamente uma preocupação modernizadora e uma capacidade de realização de Bissaya Barreto mas igualmente uma dificuldade de o Estado



Figura IX



Figura X

³⁴ BARRETO, B.: «Inauguração da Casa da Criança de Pombal», BARRETO, B.: *Uma Obra Social realizada em Coimbra*, volume I, Coimbra, 1970, p. 173.

assegurar uma política socio-educacional a todas as crianças, ainda que neste caso seja pouco claro a fronteira entre a ação do Estado e o contributo da iniciativa privada. Todavia, as iniciativas de Bissaya Barreto não devem ser ignoradas tanto mais que elas podem ajudar a explicar a continuidade de ideias da República para o Estado Novo e a articulação entre intervenção estatal e privada no campo da promoção da qualidade sanitária e educativa das crianças portuguesas na viragem da primeira para a segunda metade do século XX. O material produzido e a convocar para a discussão permite ver o alcance do projeto pedagógico de Bissaya Barreto aqui apenas esboçado mas também a encenação de poder e de protagonismo. De qualquer modo, ele é de fundamental importância para se entender como se colocava a situação da infância em Portugal em meados do século XX.